

REVELANDO A ARQUEOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES NO PARANÁ

Claudia Inês Parellada
Museu Paranaense, Dra.

Resumo:

O estudo abrange as fortificações coloniais construídas em território paranaense, após o século XVI, elencando estudos já realizados, evidências resgatadas e possibilidades de pesquisas. Analisaram-se documentos impressos e imagéticos, inclusive imagens de satélite, e coleções do Museu Paranaense, de 1954 a 2010, inclusive as do antigo acervo do Museu David Carneiro. Discute-se a dinâmica dos processos de ocupação, inclusive em relação à espacialidade das fortificações, e a grande variedade de evidências desta temática: a arqueologia da guerra e dos conflitos.

Palavras-chave: Fortificações coloniais, Arqueologia do Paraná, Arqueologia da Guerra

Abstract:

The study covers the colonial fortifications built in the State of Paraná, after the sixteenth century, listing previous studies, evidence redeemed and research possibilities. Many printed and imagery documents were analyzed, including satellite imagery, and Paranaense Museum collections, since 1954 to 2010, including the former collection of the David Carneiro Museum. It was discussed the dynamics of the occupation, related to the spatiality of the fortifications, and the wide range of evidences of this theme: the archeology of war and conflict.

Keywords: Colonial fortifications, Paraná's archaeology, War's archaeology

Fortificações no Paraná: uma análise preliminar

O espaço atual do Estado do Paraná, sul do Brasil, sofreu conflitos, ao longo do tempo, devido a disputas que acabaram desenhando os limites territoriais. A documentação histórica revela alguns destes confrontos e os sistemas defensivos elaborados, e a arqueologia consegue apontar partes destes roteiros, em tempos pré-coloniais e coloniais, através de análises contextualizadas da cultura material, especialmente armas e projéteis, além de edificações, que conseguiram resistir ao tempo.

A proteção podia ser ampliada através de intervenções, como cortes e escavações, e construções, inclusive aterros, de dimensões e estilos variados, que possibilitavam o posicionamento de grupos e/ ou indivíduos com materiais e equipamentos.

O uso de elementos da paisagem, como a declividade do terreno, a proximidade da linha da costa ou de margens de rios, os afloramentos rochosos, na composição destes sistemas defensivos pode ser observado nas escolhas de pontos para posicionar trincheiras, poços, muralhas, baterias, fortalezas, que também podiam proteger de ataques as cidades, missões religiosas, colônias militares e indígenas. A defesa tinha que ser visível e o reforço na segurança poderia evitar ou diminuir a possibilidade de ataque e/ ou invasão de grupos inimigos.

O fortalecimento na defesa dos territórios era, em algumas situações, através da implantação de aldeias indígenas, como as dos povos Jê pré-coloniais, em escarpas e topos de morros, como na Serra do Mar no Paraná e vale do alto Ribeira, ou em estruturas semi-subterrâneas, que incluíam valas e galerias (PARELLADA, 2006). As paliçadas podiam ser duplas com trincheiras associadas, como

em algumas aldeias Guaikuru e Tupi-guarani, do século XVI, como as ilustrações presentes em Schmidl (1599), que retratam fatos de 1537, como o confronto de espanhóis com grupos indígenas Payaguá, em Lambaré, no Paraguai, e Carijó da costa sul-brasileira.

Havia grande fluxo e mobilidade dos diferentes povos indígenas por caminhos pré-coloniais, como o Peabiru, cujo tronco principal cortava o Paraná, e ligava o Pacífico ao Atlântico. Em dezembro de 1552, Ulrich Schmidl com vinte indígenas Guarani saiu de Asunción procurando alcançar a costa atlântica, chegando a São Vicente em 1553, Maack (1968) pesquisou documentos históricos recuperando parte do traçado do Peabiru. As cidades coloniais espanholas do Guairá, que agora compreende o Paraná, acabaram sendo fundadas junto a ramais deste caminho indígena.

No estudo estão sendo privilegiadas as fortificações coloniais, construídas em território paranaense, após o século XVI, elencando estudos já realizados, evidências resgatadas e novas possibilidades de pesquisas a serem desenvolvidas.

Zarankin & Salerno (2007), na revisão sobre a arqueologia histórica na América meridional, relacionam a arqueologia das fortificações e da expansão das fronteiras nacionais.

Funari (2007) destaca a singularidade da arqueologia histórica na América Latina, evidenciando a importância da discussão de aspectos como construção de poder e identidade, e Jones (1997) mostra que a etnicidade se configura em elemento essencial para contextualizar as evidências arqueológicas.

As primeiras fortificações no Paraná estão relacionadas à ocupação espanhola, no oeste, na antiga Província del Guairá, com Ciudad Real del Guairá, em 1554, e a fortaleza de Villa Rica del Espiritu Santo levantada em 1570, além dos sistemas de trincheiras, paliçadas e muralhas elaboradas nas missões jesuíticas, observar tabela 1.

No Paraná, sob influência portuguesa, elaboraram-se sistemas de defesa no litoral, alguns mais simples, com o uso de peças ou bocas de fogo, posteriores a 1631. No século XVIII, a partir de 1765, melhora-se a proteção através do planejamento e a construção de fortes, tanto no litoral, na Baía de Paranaguá, na ilha do Mel, como no interior do Paraná, em Guarapuava: a Fortaleza de Nossa Senhora do Carmo, e de postos militares, que tiveram curta duração, como exemplos, junto às ruínas de Ciudad Real, na foz do Piquiri, e de Villa Rica, no rio Ivaí.

Vários postos foram criados em áreas consideradas estratégicas pelo governador da Capitania de São Paulo: Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, e o primo, Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

Tabela 1 – Localização atual de sítios arqueológicos/ históricos relativos às cidades coloniais espanholas fortificadas (1554-1632), a missão jesuítica de San Ignacio Mini (1610 – 1631), também fortificada, o sistema defensivo no litoral do Paraná e nos sertões de Guarapuava.

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO E/ OU HISTÓRICO	COORD. EM UTM/ SAD 69 22J	MUNICÍPIO PARANÁ	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
1	<i>Ciudad Real del Guairá</i> (1556-1632), vila fortificada; depois Posto Militar de São José da Pedra Furada do Piquiri (1772-1773)	7.338.410 185.520	Terra Roxa	Guzman (1612), Watson (1947), Chmyz (1976)
2	Fortaleza na 1ª fundação de <i>Villa Rica del Espiritu Santo</i> (1570-1589), depois Tambo das Minas de Ferro (1589-1632)	7.272.411 348.919	Nova Cantu	Guzman (1970), Blasi et al. (1989), Parellada (2009)
3	2ª fundação <i>Villa Rica del Espiritu Santo</i> (1589-1632), fortificada; depois Posto Militar (1770-1771)	7.355.400 404.100	Fênix	Blasi (1963), Parellada (1993, 1995, 1997)
4	Missão Jesuítica <i>Nuestra Señora de Loreto</i> (1610-1631), fortificada; depois Colônia Indígena de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó (1857-1862)	7.506.878 393.950	Itaguajé	Blasi (1966), Parellada (2009, 2011)
5	Missão Jesuítica <i>San Ignacio Mini</i> (1610-1631), fortificada; depois Colônia Indígena de Santo Inácio do Paranapanema (1862-1878)	7.496.756 413.812	Santo Inácio	Blasi (1966), Chmyz (2001), Mota (2010), Parellada (2011)
6	Missão jesuítica <i>San Francisco Javier</i> (1625-1628), a segunda fundação	7.430.250 503.000	Ibiporã	Parellada et al. (1996)
7	Bateria na Ilha das Peças (1734)	7.178.210 771.545	Guaraqueçaba	Vieira dos Santos (1850)
8	Bateria no Morro da Baleia, Ilha do Mel (1734)	7.175.777 770.244	Paranaguá	Vieira dos Santos (1850)
9	Fortaleza da Barra ou de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá (construída entre 1767 e 1769)	7.175.777 770.244	Paranaguá	Mourão (1770), Vieira dos Santos (1850)
10	Fortaleza Nossa Senhora do Carmo (1770- 1772)	Indetermi- nadas	Pinhão?	Beluzzo et al. (2003)
11	Forte do Atalaia (1810-1825)	7.203.554 447.925	Guarapuava	Pinto (1810), Santos (2001)

Em 1809, as explorações nos Campos de Guarapuava são reiniciadas com a expedição comandada pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que fundou um povoado forticado, denominado Atalaia, conforme Franco (1943).

Em junho de 2010 foi inaugurada, pela Prefeitura de Guarapuava em comemoração aos 200 anos de fundação da cidade, uma suposta réplica do forte do Atalaia, em madeira, que está localizada na Fazenda Trindade.

As cidades espanholas e as missões jesuíticas fortificadas na Província del Guairá: séculos XVI e XVII

O Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Espanha em 1494, colocava o atual território paranaense, a oeste de Paranaguá, como sendo espanhol. A região, chamada Guairá, era povoada principalmente por grupos indígenas Guarani e da família linguística Jê, que tiveram contato com viajantes europeus, como Aleixo Garcia em 1524 e Cabeza de Vaca em 1542, comandantes de expedições que saíam do litoral atlântico e pretendiam chegar ao Paraguai. Havia uma rede de caminhos indígenas, o *Peabiru* (MCA I, 1951; MAACK, 1968).

O Guairá tinha como limites ao norte o rio Paranapanema, ao sul: o Iguaçu, a oeste: o rio Paraná e a leste: as serras de *Guarayrú* (CARDOZO, 1970).

Em 1554, o capitão Garcia de Vergara fundou a primeira vila espanhola do Guairá: Ontiveros, às margens do rio Paraná, uma légua acima do grande salto. Ontiveros, devido a conflitos políticos, só durou até 1556; Chmyz (1983) caracterizou dois sítios arqueológicos (PRFI82 e PRFO24) que podem representar esta vila. Em fins de 1556, o governador Irala resolveu fundar uma segunda comunidade, e assim enviou o capitão Ruy Diaz de Melgarejo, que na foz do Piquiri ergueu Ciudad Real del Guairá, para onde foram transferidos os que restavam em Ontiveros, segundo Guzman (1612).

Em Ciudad Real, com área de 840.000 m², havia uma pequena fábrica de tecidos, além do comércio da erva-mate e do plantio e processamento da cana de açúcar, já que foram identificados sinos em cerâmica, parte de engenhos de açúcar. A cidade estava fortificada, devido a conflitos com grupos opositores da região. Atualmente, as ruínas de Ciudad Real, sítio tombado em 2008 pelo Conselho do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, situam-se no município de Terra Roxa. Houve várias pesquisas no local: Watson (1947), Silva (1961/62) e Chmyz (1963, 1976). Em fevereiro de 1570, o capitão Melgarejo, com 40 homens e 53 cavalos, fundou Villa Rica del Espiritu Santo, em terras do cacique Coraciberá, a 60 léguas de Ciudad Real, num local onde suspeitava existirem minas de ouro. Então, segundo as *Probanzas de los servicios de Ruy Diaz Melgarejo* (in CARDOSO, 1970: 49), mandou erigir uma igreja e ao lado uma cruz, ordenando também a construção de uma fortaleza com telhas em pinho "*con sus torreones y troneras de dozientos y sesenta pies de largo y treinta de ancho*".

Melgarejo, depois de traçar a estrutura urbana do povoado, repartiu entre os espanhóis *solares* (terrenos) para a construção de casas dentro da vila e terras para chácaras, além de índios para serviços domésticos e trabalhos agrícolas, nomeando um alcaide e deixando na nova povoação 24 *arcabuceros* (soldados). Próximo a cidade o único metal encontrado foi o ferro, extraído de minas das redondezas. A primeira fundação de Villa Rica, depois chamada *Tambo* das Minas de Ferro (BLASI et al., 1989), está localizada no município paranaense de Nova Cantu, conforme tabela 1. Parellada (2009) realizou documentação das ruínas de taipa de pilão deste sítio histórico, que estão inseridas em plantação e mata secundária da Agropecuária Slaviero.

Em 1589, devido à epidemia de varíola, causadora de muitas mortes entre índios e espanhóis, o capitão Guzman determinou a transferência de Villa Rica para junto a confluência do Corumbataí no Ivaí. A principal atividade econômica era a extração da erva-mate, que concorria com os ervais da serra do Maracaju (MONTROYA, 1989). A retirada e transporte da planta eram tarefas dos indígenas através das *encomiendas*, uma institucionalização feudal, onde índios eram confiados pelo rei a um colono e seus descendentes, pelo prazo de duas ou três gerações, visando a proteção e instrução na fé católica. Em contrapartida, o encomendeiro recebia em bens ou dias de trabalho o tributo que os índios deveriam ao rei da Espanha. Cardozo (1970) observa que os encomendeiros possuíam em suas repartições *pueblos* com indígenas dirigidos por clérigos.

As cidades coloniais espanholas do final do século XVI, como a segunda fundação de Villa Rica del Espiritu Santo, eram baseadas no modelo codificado na lei de 1573 de Felipe II, considerada a primeira lei urbanística da Idade Moderna. Este modelo, segundo Benévolo (1978), seria um "enxadrezado de ruas retilíneas" que definiam uma série de quadras iguais, quase sempre quadradas, sendo que no centro ficava a praça. Ainda esta lei ressaltava que os terrenos ao redor da praça deveriam ser reservados à Igreja, aos edifícios reais e municipais, às lojas e casas de mercadores, que seriam construídos por primeiro (PARELLADA, 1995, 1997).

A área urbana da segunda fundação de Villa Rica possuía cerca de 300.000 m², ruas com 10 a 12m de largura, que se cruzavam em ângulos retos. A maioria das quadras mede 100x 100m; cercadas por muros em taipa de pilão, com altura de até 1,80m e largura variando de 0,60 a 0,90m. Nas margens do rio Corumbataí, ao redor da área urbana, existem vestígios de uma muralha em taipa de pilão. Dentro das quadras havia divisões internas, delimitando terrenos, e no interior destas divisões é que se encontram vestígios de casas de taipa de pilão, além de grandes buracos circulares a ovalados. Estes buracos provavelmente foram causados pela extração da matéria-prima para a taipa de pilão, e depois podem ter sido usadas como áreas de descarte de resíduos ou para habitação de indígenas.

A maior parte das 63 casas em taipa de pilão é pequena, com dimensões variando de 4x 4m a 16x 22m, e as espessuras das paredes das casas variavam de 0,60 a 0,70m, predominando as com 0,60m. As paredes dos muros, entretanto, tinham espessura variando de 0,60 a 0,90m. (PARELLADA, 1997). No canto sudoeste da praça está a ruína da igreja, com 15x 27m, em taipa de pilão, cobertura de telhas cerâmicas coloniais, e certamente beirais. Esta igreja, dedicada a São João Batista, era da Companhia de Jesus, possuindo três naves (MCA I, 1951: 19).

Havia um cemitério na praça, ao lado da igreja matriz, local descrito nos autos do processo contra o capitão Francisco Benitez de Villa Rica, datado de 26 de novembro de 1631 (in TAUNAY, 1925). Então, possivelmente ao redor da praça deveriam existir também a cadeia pública e o Cabildo (prefeitura); além das duas casas de religiosos: de mercedários e de jesuítas citados em Taunay (1924). Foram identificadas construções em alvenaria de pedra: dois poços para captação de água e fornos para fundição de metais. Os dois poços têm forma quadrada, com 1,5m de lado externo e profundidade desconhecida, sendo elaborados com blocos em basalto e diferenciadas ácidas medindo 0,25-0,30x

0,30x 0,20m. Os fornos de fundição de metais, provavelmente do tipo catalão, estão caracterizados em Villa Rica por estruturas em pedra e pela presença de escória de ferro. As escórias estão espalhadas por várias partes da área urbana (PARELLADA, 1995).

Ao redor da área urbana de Villa Rica havia chácaras, com videiras e laranjais, que mediam 500 passos de frente (650m) e 5.000 passos de comprimento (6500m), como o terreno doado para a Companhia de Jesus em 1594 (in CORTESÃO, 1951: 117-118).

A taipa de pilão, principal técnica construtiva utilizada em Villa Rica e nas missões jesuíticas do Guairá do início do século XVII, não é mais que uma massa de terra fortemente comprimida, da qual se fazem blocos, através de um molde especial denominado taipal ou caixa. Alguns construtores espanhóis do século XIX ressaltavam a importância de se molharem as terras com cal.

A taipa de Villa Rica pode ser descrita como sendo sedimentos argilosos vermelhos com pedriscos de basalto, tendo o material sofrido forte compressão. A análise granulométrica da taipa de um muro teve a seguinte composição: seixos de basalto (> 4mm) 68%, grânulos (2-4mm) 2%, areia e silte (0,062-2mm) 10% e argila (< 0,062mm) 20% (PARELLADA, 1990).

Corral (in BLUME, 1985) observa que os taipais castelhanos e de Marrocos, no início do século XX, eram de 90x 250x 60cm; estas deveriam ser basicamente as dimensões dos moldes de Villa Rica. Afinal, as espessuras das paredes dos muros e casas recuperados através de pesquisas arqueológicas em Villa Rica eram também de 60 a 90cm (PARELLADA, 1995, 1997).

Em 1588, vieram ao Guairá os padres jesuítas Manuel Ortega e Tomas Fields, permanecendo quatro meses em Villa Rica, atendendo tanto os espanhóis quanto aos índios, fazendo batismos, matrimônios e ainda pregando o evangelho através de incursões pelas aldeias indígenas, especialmente as Guarani, com as missões móveis.

Em 1607, o governador do Paraguai Hernandarias de Saavedra no seu relato a Felipe III insiste na importância da catequização de tribos indígenas do Guairá, por serem muito numerosas em relação à quantidade de espanhóis, pois desta forma se conseguiria conquistar a região sem armas. Ainda na carta Hernandarias informa que Ciudad Real e Villa Rica possuíam, respectivamente 30 e 100 colonos espanhóis, e ao seu redor cerca de 150.000 índios (in TAUNAY, 1925: 284-305).

Nesse ano é criada a Província Jesuítica do Paraguai, e em 1609, a Companhia de Jesus, incentivada pela Coroa da Espanha, inicia o planejamento de missões no Guairá, buscando concentrar os índios em locais fixos, para efetivar a evangelização dos indígenas. As distâncias e a viagem entre Asunción e o Guairá eram longas e penosas, e os jesuítas atendiam também as cidades guairenhas, e assim os padres Simón Mascetta e Joseph Cataldino, partiram de Asunción em 1609, e só em 1610, fundaram no vale do Paranapanema, *Nuestra Señora de Loreto* e depois *San Ignacio Mini*, nas proximidades.

A maior parte das missões foi criada com índios Guarani, mas quatro delas tiveram grupos da família linguística Jê, que são as de *Santo Antonio* e *San Miguel* foram fundadas com índios *Camperos*, e as de *Concepción de Nuestra Señora de Guañaños* e *San Pedro* com *Gualachos* (MCA I,

1951:293-298). Nos documentos do início do século XVII descrevem-se estruturas subterrâneas, e diferenças linguísticas e culturais entre esses grupos e os Guarani. Existem poucas citações sobre africanos no Guairá, citam-se carregadores de carga nas expedições, as bandeiras. Porém, na época havia um tráfico intenso da África para os canaviais do Rio de Janeiro e do nordeste brasileiro.

Entre 1610 e 1630 foram criadas 15 missões jesuíticas no Guairá: *Nuestra Señora de Loreto*, *San Ignacio Mini*, *San Francisco Xavier*, *San Joseph*, *Nuestra Señora de Encarnación*, *Santa Maria*, *San Pablo del Iniaí*, *Santo Antônio*, *Los Angeles*, *San Miguel*, *San Pedro*, *Concepción de Nuestra Señora de Guañaños*, *San Thomas*, *Ermida de Nuestra Señora de Copacabana*, e *Jesus-Maria*.

Os missionários jesuítas vieram de diferentes continentes financiados pela Coroa espanhola, sendo que o uso de símbolos e imagens pelos religiosos cativou o imaginário nativo e a fuga da escravidão que os bandeirantes com seus aliados Tupi impunham, fez a aproximação decisiva com a Companhia de Jesus. Os jesuítas ficavam geralmente em dupla nas áreas onde se estabeleciam as missões, pois um se deslocava, junto com indígenas aliados, pelas aldeias vizinhas para ampliar o número de convertidos. Conforme os índios aceitavam a presença dos jesuítas, novas missões eram formadas, a maioria junto a aldeias nativas já estruturadas.

Aos índios eram ensinados ofícios para tornarem-se viticultores, carpinteiros, oleiros, pedreiros e arquitetos, além dos padres aperfeiçoarem as técnicas tradicionais indígenas de plantio. Os povos Guarani tradicionalmente confeccionavam vasilhas em cerâmica, onde se destacava a forma carenada e alguns tipos de decorações, como a pintura vermelha e preta sobre engobo branco, além dos recipientes escovados, corrugados e unglados. Os europeus já possuíam louça e utensílios em metal, com utensílios de formas diferenciadas dos indígenas, tais como os pratos rasos e fundos, taças, sopeiras, tigelas com alças e asas. No Guairá havia muitos indígenas convivendo com espanhóis, sendo a maioria da cerâmica produzida pelos Guarani, apesar de parte mostrar influência europeia como, por exemplo, os motivos florais, as incisões com detalhes barrocos, a associação de vários tipos decorativos, tais como pintura e incisão, e a marcação dos lábios das vasilhas (PARELLADA, 1997).

Casamentos entre espanhóis e indígenas eram frequentes na América do Sul, e o uso de plantas e animais das Américas como alimentos e remédio na Europa construíram novas fronteiras para as identidades étnicas. Novos alimentos eram saboreados, como os derivados da cana-de-açúcar trazida da Guiné, que criou a demanda de mão-de-obra indígena para trabalho em fazendas no Brasil. Ao longo do tempo a relação dos espanhóis com a sociedade Guarani mudava de sentido, da amizade e aliança, sempre muito ambíguas, passou-se ao conflito e à reação indígena (MELIÁ et al., 1987). Ainda acontecem fugas desesperadas comandadas por grandes xamãs, classificadas por muitos autores como movimentos messiânicos, na busca da *Terra sem Males* (HAUBERT, 1990).

Destruição e abandono das missões jesuíticas e cidades espanholas do Guairá

A sistemática administrativa das cidades e missões religiosas com financiamento da Coroa Espanhola na América do Sul, nos séculos XVI e XVII, foi amplamente documentada através de atas, ofícios, livros, como Montoya (1639) 1989 e Techo (1673) 2005, entre outros, além de ilustrações. Cópias dos documentos oficiais permaneciam em cada cidade colonial espanhola, na sede do Governo Geral, e uma seguia para o Arquivo Geral das Índias, distribuído entre Simancas, Cadiz e Sevilha, e reunido posteriormente em Sevilha.

Um dos motivos que colaborou para a destruição das cidades do Guairá foi as dívidas, devido aos altos preços de produtos, como tecidos, vinho, sal e pólvora. Villa Rica e outras cidades coloniais, distantes dos grandes centros econômicos da época, tinham dificuldade em obter bens, e a maioria dos materiais precisava ser produzido (PARELLADA, 1995, 1997).

A grande pressão exercida pelos colonos espanhóis que procuravam aumentar a extração da erva-mate, através da submissão de cada vez maior número de índios, causou conflitos entre antigos aliados, como os espanhóis e os jesuítas, fazendo com que os paulistas percebessem a fragilidade no Guairá. Na categoria de "espanhóis" eram englobados os castelhanos, os mestiços de espanhóis e índios e, mesmo outros europeus, todos que defendiam os interesses da Coroa espanhola e que dela recebiam proteção, podendo chegar a ter cargos públicos e poder; seriam os que possuíam maior status social na época nos domínios do Governo Geral do Paraguai. Os jesuítas podiam estar englobados nesta categoria, pois as fundações das missões foram realizadas com recursos da Coroa espanhola. Entretanto, com o passar do tempo, ocorreram sérios desentendimentos entre os colonos espanhóis e os jesuítas, pois os padres acolhiam muitos índios fugidos dos *pueblos*.

Em 1628, o Guairá é descrito pelo Governador do Paraguai, Luís de Céspedes Xeria, que visitou a região e enviou uma carta a Felipe IV onde destacava a pobreza de Ciudad Real e Villa Rica (in TAUNAY, 1925: 191). Havia falta de alimentos, e a miséria era justificada pela fuga dos índios que trabalhavam por *encomienda* para os villariquenhos, e que se refugiavam nas missões. As epidemias de doenças, como gripe, sarampo e varíola, também reduziram drasticamente os povos nativos, mas afetavam também a saúde dos conquistadores. Só é possível compreender a colonização do Guairá e a sua posterior destruição, pelas alternâncias de alianças e conflitos com diferentes populações indígenas somadas às doenças devastadoras.

Os "espanhóis" e os "paulistas" no Guairá, nos séculos XVI e XVII, casavam-se entre si, e também com mulheres indígenas. Assim, os limites étnicos ficavam tênues, porque havia entre os "paulistas", além dos portugueses e pessoas oriundas de outros países europeus, alguns mestiços e castelhanos. Desde 1585, os bandeirantes paulistas atacavam a Província do Guairá para capturar indígenas, para vendê-los para trabalhos domésticos e agrícolas (TAUNAY, 1924).

Em 1627, com a bandeira comandada por Raposo Tavares, ocorreu a destruição da primeira missão jesuítica, San Antonio, e assim foram sendo sucessivamente arrasadas pelos paulistas, ou

abandonadas, até 1631. Conforme a vasta documentação da época boa parte destas missões tinha sistemas defensivos elaborados, com trincheiras e paliçadas. *San Francisco Javier*, fundada em 1625, sofreu um ataque fulminante em 1628, conforme Montoya (1989), que descreve a construção rápida de uma paliçada para evitar a destruição da missão pelos conquistadores paulistas, o que não surtiu efeito. A missão ardeu em chamas, e houve a fuga dos que ali estavam para as missões de Loreto e San Ignacio Mini. Na bandeira de 1628, Manuel Preto, um dos bandeirantes mais ativos naquela região, acabou sendo morto, o que provocou uma reação de grandes proporções comandada por Raposo Tavares que assolou o Guairá em 1631 (PARELLADA, 2009).

Houve, entre 1628 e 1630, o transporte de 50 mil índios do Guairá para São Paulo, sendo que os irmãos André, Domingos e Baltasar Fernandes, alguns dos chefes da invasão do Guairá, com a partilha dos índios formaram a base de vilas paulistas: Parnaíba, Itu e Sorocaba (MONTEIRO, 1994). Perto de 1630, eram expedidas mensagens do Governador do Paraguai ordenando que os espanhóis de Villa Rica e Ciudad Real não auxiliassem as missões jesuíticas, que estavam sendo atacadas pelos paulistas. Depois, as próprias cidades acabaram sendo destruídas.

Os jesuítas, cientes do perigo decidiram abandonar as duas maiores missões: San Ignacio Mini e Loreto, organizando a fuga, pelos rios Paranapanema e Paraná, de cerca de doze mil índios através de 700 balsas. Os santos foram transportados, os ossos dos missionários falecidos foram levados, bem como cada família levava um pouco dos pertences nas balsas que deslizavam pelos rios. Com a bandeira de 1632, Villa Rica foi sitiada por três meses e seus moradores acabaram se transferindo para a banda ocidental do rio Paraná, sendo que alguns villarriquenhos se mudaram para São Paulo (PARELLADA, 1993). Com a notícia do cerco de Villa Rica, os habitantes de Ciudad Real abandonaram a cidade, ficando o Guairá sem núcleos de colonização europeia, e os bandeirantes continuaram transitando naquela região até o sul do Uruguai, para capturar indígenas.

Algumas das missões jesuíticas no Guairá existiram por apenas dois anos, fazendo com que os vestígios sejam similares a de grandes aldeias. Em algumas áreas de antigas missões, como San Ignacio Mini, Loreto e San Pablo del Iniaí, San Francisco Javier e San Joseph, houve pesquisas. Em 1865, os engenheiros Keller, estudando o rio Paranapanema, fazem um levantamento topográfico das ruínas das missões de *San Ignacio Mini* e *Loreto*, destacando a altura das paredes em taipa de pilão. Uma cópia da planta das ruínas de *San Ignacio* dos Keller fazia parte do acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, mas na década de 1960 parece ter sido extraviada.

Na descrição de Keller & Keller [(1865) 1933] havia uma muralha de três lados, em taipa de pilão, que englobava a missão de San Ignacio Mini, circundada por um fosso profundo, com portas flanqueadas de muros. Talvez esta estrutura tenha sido construída em 1628, depois do ataque de outras missões no Guairá e foi mapeada por Blasi (1966) e Ney Barreto, e a planta das ruínas, através de análise fotointerpretativa, foi revista por Parellada (2011), sendo as quadras irregulares.

O local do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara no século XIX, conduzido por padres capuchinhos, foi o mesmo onde, no século XVII, houve a segunda fundação da missão de *San Francisco Javier*, às margens do Tibagi, observar tabela 1.

Morgado de Mateus no governo da Capitania de São Paulo: ampliando fortificações e fronteiras no século XVIII

No litoral e primeiro planalto do Paraná estavam presentes núcleos coloniais desde a metade do século XVII, formados por portugueses e paulistas, que capturavam indígenas e garimpavam ouro, em arraiais tornadas vilas, como Paranaguá, Antonina, Morretes e Curitiba, indicadas em 1653, na "Planta da baía de Paranaguá e região contígua". O ouro e a farinha de mandioca produzida no litoral eram trocados por ferramentas, tecidos e outros utensílios em Santos, São Vicente e Cananéia.

Os primeiros colonos na Baía de Paranaguá assentaram-se na ilha da Cotinga, onde existiu o primeiro atracadouro, e depois de algum tempo deslocaram-se para o continente.

O mapa da Capitania de São Vicente, do Atlas de João Albernaz de 1631 (BUENO, 2009), aponta a ilha das "Pessas", indicando a possível existência de roqueiras e/ ou canhões, e mesmo de fortificação pequena, uma bateria. Junto a ela estaria o marco de pedra que assinalava os limites das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, e que foi localizado no sul da Ilha das Peças, em direção frontal à Fortaleza da Barra, construída entre 1767 e 1769, na Ilha do Mel, conforme Vieira dos Santos (1850).

No início do século XVIII, além da farinha, o comércio marítimo de Paranaguá incluía o envio de cestas, cordas, pescados, madeiras, cal de ostras, telhas, tijolos, entre outros, principalmente para Santos e Rio de Janeiro. Oficialmente importavam-se vinho, aguardentes, vinagre, azeite e tecidos, entretanto já havia pirataria e contrabando, inclusive tráfico de escravos (WESTPHALEN, 1998). Em 1718, um navio francês, o "Le François", atracou em Paranaguá, carregado com prata que vinha do Chile e seguiria para a França. Quando a viagem seria retomada houve um ataque de piratas, franceses e ingleses, que estavam na sumaca *Louise*, embarcação de dois mastros, muito rápida e que possuía muitos canhões. Devido a um temporal repentino, o navio pirata acabou naufragando, com o impacto numa laje de rocha submersa, junto a Ilha da Cotinga. Houve várias tentativas de recuperar os materiais do naufrágio, desde 1722, sendo que em 1963 e 1985 repetiram-se operações de resgate. Assim, vários colecionadores e poucas instituições culturais ficaram com os vestígios recuperados na sumaca *Louise*, e somente algumas peças foram incorporadas ao acervo do Museu Paranaense. Nas praias, especialmente das ilhas, são frequentes até hoje os "salvados", objetos e fragmentos trazidos pelas correntes marítimas descartados por embarcações ou pertencentes a navios naufragados.

Em 1721, devido à insegurança causada pela entrada de navios piratas, buscou-se a melhora do sistema de defesa do litoral criando-se, em provimento do Ouvidor Pardinho, o Regimento de Infantaria das Ordenanças de Paranaguá (CARNEIRO, 1995).

Em 1734, foram posicionados dois canhões na Ilha das Peças, e dois no continente, além de sentinelas na Ilha do Mel. Na coleção David Carneiro (1940), incorporada ao acervo do Museu Paranaense desde 2004, tem-se dois canhões provenientes da Ilha das Peças, e um de Guaraqueçaba, todos em ferro, de alma lisa, e antecarga, ou seja, carregados pela boca.

Em 1767, visando reforçar a segurança na costa paranaense e prevenir ataques de navios espanhóis do Rio da Prata, foi iniciada a construção da Fortaleza da Barra ou de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, em Paranaguá, adaptando-se aos rochedos em base do morro da Baleia. A estrutura tem cinco lances de muralhas, elevadas em diferentes períodos, em alvenaria em pedra e cal, com altura de 10 metros, sendo que sobre a área terraplanada existem a casa de guarnição, as prisões, e os quartéis de tropa. O conjunto da portada a leste, em cantaria de pedra, é ladeado por guaritas nos vértices das muralhas. A inauguração se deu em 25 de março de 1769, sendo que na época havia duas peças (canhões) de calibre 24 libras, duas de 18 e duas de 12, parte desta artilharia foi remetida em 1791 para a Fortaleza da Barra Grande em Santos.

Em 1826, devido a ataques de corsários argentinos, foi rearmada com doze peças de calibres 30 a 18, sendo desarmada novamente em 1831 (SOUZA, 1885:120). Posteriormente, a Bateria no Morro da Baleia foi artilhada com quatro canhões Armstrong C-40, de 120mm. Durante a Guerra dos Farrapos, forças farroupilhas capturaram uma sumaca brasileira no interior da baía de Paranaguá, tendo sido repelidas em 1839 pela artilharia da fortaleza.

Em junho de 1850, ocorreu o incidente com o cruzador inglês HMS Cormorant, que perseguia navios negreiros no litoral. Como o porto de Paranaguá, na época, apesar da proibição do tráfico negreiro, era um dos pontos de contrabando de escravos na costa brasileira, o Cormorant aprisionou quatro embarcações, e uma foi afundada para fugir do flagrante. Alguns moradores de Paranaguá, inconformados, foram à Fortaleza da Ilha do Mel, e fizeram com que houvesse uma batalha através de tiros de canhão com o Cormorant. Esse incidente acabou fazendo com que o governo imperial brasileiro aprovasse a lei "Eusébio de Queiroz", fazendo pesadas sanções aos traficantes de escravos. Entre 1893 e 1895, durante a Revolução Federalista foi tomada por tropas rebeldes oriundas do Sul, e em 1905, sediou um Batalhão de Artilharia. Durante os ciclos de abandono e utilização, a fortaleza sofreu várias alterações, com demolições e acréscimos. Na Segunda Guerra Mundial, a cobertura do paiol da pólvora, abobadada e em tijolos, foi demolida (IPHAN 10SR/PR, 2004).

Em 1940, houve a doação ao Museu Paranaense de vários azulejos da Fortaleza da Ilha do Mel, que infelizmente não tiveram a procedência específica identificada. Existem relatos de uma fonte antiga que parece ter sido azulejada. Os azulejos são da metade do século XVIII ao XIX. A Fortaleza da Ilha do Mel foi restaurada, entre 1985 e 1995, com a inserção de um museu na Casa da Guarnição, e posto da Polícia Florestal. Fizeram-se prospecções arqueológicas, limpeza e

higienização, restauração das muralhas, do portão principal, das calçadas, do paiol de pólvora, e da Casa de Guarnição, impermeabilização das abóbadas, pintura e paisagismo. Em 1989, as pesquisas s identificaram as fundações da antiga Capela e da casa do Comandante. Também foram identificados vestígios de um sepultamento humano, em local contíguo à capela, o que talvez indique um cemitério. Atualmente, a Superintendência do IPHAN no Paraná e a Prefeitura Municipal de Paranaguá compartilham a administração e a conservação da Fortaleza da Ilha do Mel.

A conquista de Guarapuava: fortificações e conflitos

Em 1765, o governador da Província de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, toma posse, e inicia uma série de expedições aos sertões do Ivaí, Tibagi e Iguaçu (LOVATO, 1974). Os relatos de parte delas, as comandadas pelo tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza, estão publicados nos Anais da Biblioteca Nacional (1956), sendo que existem mapas localizando aldeamentos indígenas e roteiros dos caminhamentos (BELUZZO et al. 2003). Estas expedições visavam o reconhecimento do território e seus recursos naturais, além da conversão dos índios.

Os comandantes, com os respectivos períodos, das principais expedições ao rio Iguaçu, que passaram pelo rio Jordão ou nas proximidades, foram: Zacarias Dias Cortes- 1720, Antonio Silveira Peixoto - 1769, Cândido Xavier de Almeida - 1769 a 1771, Francisco Martins Lustosa - 1770 a 1771, e Afonso Botelho - 1771 a 1772 (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986).

Em 1770, Mourão enviou um grupo chefiado por Francisco Lopes da Silva, que localizou Villa Rica, e percebeu a impossibilidade de fixar colonos no local. Depois desta tentativa, somente foram fundadas cidades naquelas circunvizinhanças a partir da metade do século XX.

Em 1772, Joaquim Moraes Sarmento e Fabiano Alves Ferreira, oriundos da Fortaleza do Iguatemi, encontraram as ruínas de Ciudad Real, erguendo um pequeno posto militar, São José da Pedra Furada do Piquiri, que existiu até 1773 (FERREIRA, 1906).

As primeiras informações sobre os campos de Guarapuava ocorrem na sexta expedição ao rio Iguaçu ou Grande do Registro, onde foi observado clarão causado por fogueira ao norte do porto do Botelho, e num lugar mais alto, em 7 de setembro de 1770, fundou-se a Fortaleza Nossa Senhora do Carmo, que ficava junto ao rio Capivaraçu, mas que em 1772 acabou abandonada.

Na décima expedição de Afonso Botelho, que iniciou em 17 de novembro de 1771, houve o encontro dos paulistas com índios da região do Campo dos Carrapatos, área situada entre os vales dos rios Pinhão e Jordão, e ali aconteceu um conflito com muitas mortes, e que foi ilustrado em 37 quadros por Joaquim José de Miranda (BELUZZO, 1994: 57-59).

As explorações nos campos de Guarapuava foram reiniciadas, em 1809, com a expedição comandada pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que realizou a conquista e ocupação

daquela região, através da fundação do povoado denominado Atalaia (FRANCO, 1943), que possuía uma fortificação, com dois morteiros em cobre confeccionados no Rio de Janeiro. Em 1819, depois de vários desentendimentos entre militares e indígenas Kaingang, o padre Chagas Lima e o tenente Antonio da Rocha Loures resolveram abandonar o Atalaia, e assim escolheram um novo local para o povoado, Guarapuava, em planície situada a uma légua e meia da antiga vila, entre os rios Coutinho e Jordão.

Em 1882, fundou-se a Colônia Militar do Chopim, que visava a defesa da fronteira e arregimentar índios. Esta colônia teve pouca duração, pois acabou sendo desativada com a instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889.

No sul do Brasil, o Barão de Antonina encarregou Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot de realizarem viagens no interior do Paraná e Mato Grosso, entre 1844 e 1848, sendo várias ruínas mencionadas em mapas e textos. As explorações oficiais, realizadas na segunda metade do século XIX, tinham o principal propósito de estudar a possibilidade de implantação de vias de comunicação em locais de difícil acesso; preocupação estimulada com a Guerra do Paraguai (LOVATO, 1974), como os engenheiros Keller & Keller [(1865) 1933].

Entre 1864 e 1870 acontece a Guerra do Paraguai, onde o conflito entre Argentina e Brasil contra o Paraguai provocam muitas baixas e derrotas do lado paraguaio, e a região de fronteira acaba sendo documentada como um local onde havia aldeias Guarani e Jê, além de casas dispersas de comerciantes e exploradores de erva-mate e madeira, de várias nacionalidades.

No século XIX, entre 1862 e 1872, foi criada, pelo Governo Imperial do Brasil, a Colônia Indígena de Santo Inácio no mesmo local da missão de San Ignacio Mini (1610-1632), cujas ruínas, na atualidade, estão localizadas no município paranaense de Santo Inácio. Os documentos e vestígios apontam que a concentração das casas desta Colônia estava mais próxima da margem esquerda do Paranapanema, e que as ruínas da missão jesuítica se localizavam em área mais no topo, apesar de indícios materiais e de construções do século XIX já terem sido evidenciados também no alto. Em 1876, Telêmaco Borba (1908) e seu irmão visitaram as ruínas de Ciudad Real encontrando, a 30m das margens do Piquiri, muros desmoronados, alguns com dois metros de altura. Nesse mesmo ano, o Museu Paranaense é inaugurado, sendo o acervo inicialmente era constituído de coleções que tinham representado o Paraná em grandes exposições antropológicas internacionais. Em 1882, há um catálogo de objetos enviados à exposição antropológica no Rio de Janeiro.

Rica documentação sobre este período está em relatórios de presidentes da Província, cartas, ofícios, mapas, aquarelas, ilustrações, depositados em diferentes locais, tais como, em Curitiba: Arquivo Público do Paraná, Bibliotecas Pública e do Museu Paranaense/ Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, no Rio de Janeiro: na Biblioteca Nacional e em Brasília: Biblioteca e Mapoteca do Itamarati, entre outros, como os reunidos em Brazil (1894).

Pesquisar mais a arqueologia da guerra e dos conflitos ampliará a reflexão de como se construíram as relações sociais na colonização, e como a cultura material pode colaborar na busca de

uma memória coletiva, onde se identificam tanto os elementos de poder como das transformações acontecidas.

Referências Bibliográficas

- ANAIAS DA BIBLIOTECA NACIONAL*. 1956. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v.76.
- BELLUZZO, A.M.M.; AMOROSO, M.R.; SEVCENKO, N.; PICCOLI, V. 2003. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP- Paribas.
- BENÉVOLO, L. 1978. *Diseño de la ciudad- 4/ El arte y la ciudad del siglo XV a XVIII*. México: Ediciones G. Gilli S.A.
- BLASI, O. 1963. Aplicação ao método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo- Fênix-PR. *Boletim UFPR*, dep. História, v.4, p.1-13.
- _____. Investigações arqueol. nas ruínas da redução jesuítica de Santo Inácio Mini, PR, Brasil, nota prévia. *Anais do 36 Congr. Intern. Americanistas*, v.1, p.473-480, 1966, Sevilha, Espanha.
- _____. PASTINA Fº., J.; PONTES Fº., A. Primeiras notícias sobre a desco-berta dos vestígios do provável assentamento do Tambo das minas de ferro na antiga província do Guairá”. *Estudos Íbero-Americanos*, v.15, p.235-244, 1989.
- BLUME, H. *Cobijo*. 3º reimp. Madrid: Graficinco, 1985.
- BORBA, T.M. *Actualidade indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- BRAZIL, J.M.S.P. JR. 1894. *Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as arbitrator under the provisions of the treaty concluded september 7, 1889, between Brazil and the Argentine Republic*. V e VI, New York: Knickerbocker Press.
- BUENO, B.P.S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.111-153, 2009.
- CARDOZO, R.I. *El Guairá, historia de la antigua provincia (1554-1676)*. Asunción: El Arte, 1970.
- CARNEIRO, D. *Catálogo Museu Coronel David Carneiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, 282p.
- _____. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Trav. Editores, 1995, 394p.
- CHMYZ, I. Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá. *Revista de História*, Curitiba, v.2, p. 67-114, 1963.
- _____. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real de Guairá. *Cadernos de Arqueologia*, MAAP-UFPR, Paranaguá. V1, p. 7-103, 1976.
- _____. coord. *Sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1981-3)*. Curitiba: IPHAN/ ITAIPU, 1983.
- _____. Pesquisas arqueológicas nas reduções jesuíticas do Paraná. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, Vol. 15, p. 39-58, 2001.
- FERREIRA, J.A. Ruínas do Guayra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n.10, p.95-97, 1906.
- FUNARI, P.P.A. Teoria e a arqueologia histórica: a América Latina e o mundo. *Vestigios*, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v.1, n.1, p. 51-58, 2007.
- GUZMAN, R.D. 1612 (2009). *Anais do descobrimento, povoação e conquista do Rio de La Plata*. Documentos Oficiais para a História do Mato Grosso do Sul, Gov. MS.

- HAUBERT, M. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity. constructing identities in the past and present*. Londres, Routledge, 1997, 180p.
- KELLER, J. & KELLER, F. *Exploração da região noroeste do Estado do Paraná entre os rios Ivaí e Paraná em 1865*. Curitiba: Dep. de Terras do Estado do Paraná, 1933.
- LOVATO, L. 1974 A contribuição de Franz Keller a etnografia do Paraná. *Boletim do Museu do Índio, Antropologia*, Rio de Janeiro, n.1.
- MAACK, R. *Geografia física do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1968.
- MCA I MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS I. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Introdução por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- MELIÁ, B.; SAUL, M.V.A.; MURARO, V.F. 1987. *O Guarani: uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo: FUNDAMES.
- MONTEIRO, J.M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTOYA, A.R. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesus en las Provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Rosario: Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberomaericana, 1989/ 1639, 294p.
- MOTA, L.T. (org.). *Redução Jesuítica de Santo Inácio*. Maringá: EDUEM, 2010, 174 p.
- PARELLADA, C.I. Levantamento geoarqueológico de Vila Rica do Espírito Santo. *Anais do 36 Congresso Brasileiro de Geologia*, Natal: SBG, v.2, 1095-1106, 1990.
- _____. Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense, arqueologia*, Curitiba, v. 8, 58p, 1993.
- _____. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/ Fênix – PR. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, v.5, p. 51-61, 1995.
- _____. *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/ Fênix- PR*. Dissertação Mestrado em Antropologia Social da UFPR, Curitiba, 1997.
- _____. *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. Tese Doutorado em Arqueologia, MAE, USP, São Paulo, 271p, 2006.
- _____. Indígenas, jesuítas, espanhóis e bandeirantes: as fronteiras étnicas na Província del Guairá (1609-1631). CD-rom dos *Anais da XII Jornadas Internacionales de Misiones Jesuíticas*. Buenos Aires: CONICET, 2008.
- _____. Paraná espanhol; cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ. *Missões: conquistando almas e territórios*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, p.59-79, 2009.
- _____. *Planta comentada das ruínas da Missão Jesuítica de San Ignacio Mini (1610-1631)*. Relatório interno do Museu Paranaense, 2011.
- SANTOS, A.V. *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município (1850)*. Curitiba: Museu Paranaense, 1850/ 1951, 511p.
- SCHMIDL, U. *Vera historia admirandae cujusdam navigationis*, texto. Gravuras de Levinus Hulsius. Nuremberg: L. Hulsii, 1599..
- SILVA, F.A. Considerações sobre alguns sítios Tupi-Guarani no sul do Brasil. *Revista do Museu Paulista, nova série*, São Paulo, v. 13, p. 377-397, 1961/62.
- SOUZA, A.F. Fortificações no Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, p.5-140, 1885.

- TAUNAY, A.E. *História geral das bandeiras paulistas, tomo I*, São Paulo: Typ. Ideal, 1924..
- _____. Documentação espanhola. *Anais do Museu Paulista, tomo II*, 2 parte, São Paulo, Oficinas do Diário Oficial, 1925.
- TECHO, N. *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesus*, 1673. Asunción: CEPAG, 2005, 741 p.
- WATSON, V.D. Ciudad Real: A Guarani-Spanish site on the alto Paraná river. *American Antiquity*, v.13, n. 2, p.163-176, 1947.
- ZARANKIN, A. & SALERNO, M. 2007. El sur por eu sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología histórica en América meridional”. *Vestigios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 1, n.1, p. 17-47.